

QUAL ESTADO ?

FERNANDO CARDOSO PEDRÃO

1988

1. Uma aproximação ao atual Estado periférico.

A análise atual do Estado nas sociedades periféricas da economia mundial - especialmente naquelas razoavelmente industrializadas como as principais economias latino-americanas, tem um significado único, dado pela renovação do autoritarismo político e do conservadorismo incorporado nas políticas econômicas liberais e ainda, pelas contradições entre os requisitos desta política econômica e a sustentação política do Estado. A discussão genérica do Estado, desenvolvida nos países europeus de capitalismo avançado, que reflete sua posição na organização mundial do capital, deve ser adicionalmente qualificada pela análise dos confrontos internos de interesses determinados pela própria condição de periferia econômica. Discutir o Estado periférico implica, portanto, em colocar questões que interessam àquela explicação genérica do Estado, mas que incluem as qualificações de periferia: incorpora-se uma discussão de formas concretas de heterogeneidade, bem como o exame das transformações das sociedades periféricas em seu conjunto, em seus deslocamentos umas em relação com as outras e em relação com os movimentos do centro mundial.

O Estado é uma referência dominante na análise social atual que, por diversas razões próprias das condições dos países periféricos, requer uma análise que vincule o fato da organização do sistema político com sua funcionalidade no processo de formação de poder. Pela mesma razão esta análise tem que considerar as relações entre o Estado e os participantes das relações de poder, distinguindo os diferentes níveis de organização com que eles se apresentam, tomando estas mesmas diferenças de condições de organização como parte de um processo de expansão de esferas de influência e de confronto entre ampliações e retrações de espaços de poder: as empresas associando-se e operando no exterior, os sindicatos reunindo-se com outros sindicatos, grupos que procuram recompor posições e mudar de área. A pergunta - qual Estado? - faz aflorar diversas questões relativas aos movimentos do poder institucionalizado nos países periféricos e a capacidade das sociedades periféricas para gerar instituições genuinamente capazes de conduzir processos de poder.

Neste trabalho esta pergunta concerne à formação do Estado nos países latino-americanos, tomando como exemplo mais próximo o Brasil. É uma pergunta essencial na explicação da formação social destes países porque a atual intensificação de mudança promovida pela expansão do capitalismo e atrelada à urbanização acentua a importância da reflexão sobre o exercício do poder público. A recorrência do autoritarismo público oficial nos últimos decênios, a maior agressividade do Estado na busca de seu próprio financiamento, tem posto à mostra outros níveis de tensão nas relações entre as empresas e o trabalho assalariado, assim como outros níveis de tensão entre a expansão do capital e as relações entre empresas, mostrando o significado social da diferenciação entre grandes e pequenas empresas e entre trabalho assalariado e trabalho independente.

Essa é uma parte da discussão que denota a presença de problemas mais profundos, localizados na base de sustentação desta institucionalidade alcançada pelo Estado. O que se contrapõe ao autoritarismo oficial não é uma omissão dissimulada de cumprimento das funções reguladoras do Estado nem uma quebra do poder - subrepticamente atribuída à democracia pelos partidários da centralização do poder - mas são outros de afirmação do poder estatal, novos requisitos de isonomia, agora considerados como essenciais à legitimização do Estado. Para estudar as manifestações concretas do Estado nos países periféricos é essencial distinguir os contornos da formação da estrutura política do Estado, identificando-o como instância de formalização das posições conquistadas nas relações do sistema de classes, nas condições específicas de hegemonização em que ele se assenta. A discussão atual da relação Estado-sociedade nos países latino-americanos pressupõe uma colocação de questões relativas a sua identidade, das soluções específicas de organização do poder em cada país; de como flue a produção social de poder, de como ele se incorpora à formação das classes e se projeta na institucionalidade do governo.

Assim, o processo de formalização e transformação do Estado não pode ser reduzido a uma teoria das formas do Estado nem a uma análise de suas consequências na formalização das relações entre capital e trabalho, já que esta postura implicaria em ressaltar a retroalimentação do Estado na sociedade sem considerar como ela passaria pela consistência do capital e pela organização do trabalho. O fenômeno de concentração de poder na sociedade decorre justamente deste quadro mais complexo que, nestes países de formação mais recente como o Brasil, está condicionado pelos anteriores modos de articulação da economia conduzidos pelo capital comercial e pelas condições em que tem sido incorporada força de trabalho migrante. Esta análise deve captar também os efeitos da inserção desta relação entre capital e trabalho numa base cultural, agora modificando-se rapidamente sob a pressão dos meios de comunicação de massa. Uma vez mais a questão social do Estado é concomitante com a definição da organização interna de cada país - com os modos específicos como sua repartição de renda correspondente e ao amadurecimento de grupos organizados - demandando uma análise cuidadosa de outras questões de organização social, que caminham paralelamente à formalização do Estado.

2. A institucionalização do poder e o Estado

Numa análise que se ocupa da retroalimentação do Estado no processo social de poder, que toma o Estado como um ponto de inflexão deste processo, é indispensável distinguir o processo de institucionalização de poder, que se reflete na criação, consolidação e destruição de instituições, dos processos específicos de poder que ocorrem no âmbito do Estado. Outrossim, é inevitável ter que considerar que a própria consolidação do Estado é algo condicionado por um processo de cristalização do poder que tem passado por mudanças fundamentais, em que (a) os movimentos de substituição entre os integrantes do bloco de implica em debilitação deste bloco e (b) onde os movimentos de exclusão de grupos da economia formalmente organizada significam também uma limitação do poder do capital organizado.

Um aspecto fundamental da institucionalidade do poder, que está na base das reflexões sobre o Estado, refere-se a sua consistência formal e aos modos como ele se concretiza em diferentes sociedades. A identidade histórica do Estado e de suas manifestações legais procede da correlação da forma do Estado com uma situação específica de relações de classe; é uma qualidade que se explicita nos modos particulares como esta institucionalidade é alcançada, em diferentes planos, ao longo das transformações da sociedade, como procede de diferentes regimes de relações de classe, e como se transforma ao longo da prática de cada formação social. Nos dias de hoje a concepção de Estado não pode ser restringida à de um Estado nacional burguês isolado das pessoas de transformação inerentes à própria ascensão da burguesia em cada país e a seus limites (1). A imagem atual do Estado está interpenetrada dos elementos de sua mudança (2) que se manifestam em relações inter e intra-classe. A identificação dos Estados burgueses concretos periféricos tem aí um aspecto fundamental, sem o qual não se poderia entender a origem preindustrial desta formação de poder. A crítica do Estado das sociedades periféricas é necessariamente histórica, mesmo quando não pretende se-lo, porque necessita ser alimentada com observações destas modificações das relações de classe, sob pena de não perceber os movimentos da expansão do capitalismo sobre bases de organização do poder pre-industriais. Cabe lembrar que a institucionalidade do poder do Estado nacional nos países latino-americanos é concomitante com uma organização do capital induzida desde o exterior, mesmo naqueles países, como o México, o Perú, a Colômbia, onde a forma institucional do Estado absorveu elementos de formas anteriores de poder.

Nesse sentido o Estado nacional brasileiro não é representativo de um movimento generalizado do poder na América Latina, seja porque a institucionalização do poder no Brasil não pode ser tomada como um movimento homogêneo, conducente a uma única instância de poder, seja porque não compreende uma sedimentação equivalente à daqueles outros países. Pelo contrário, pode-se dizer que a atual crítica do Estado no Brasil é um modo de conhecimento de como se processa a industrialização, assim como de conhecimento da estrutura institucional atual.

Mas há, certamente, um focalização de atenção na tensão entre a estrutura institucional atual e o modo como ela atingida pela formação das classes e pelas mudanças de composição dentro de cada classe (3). A questão em pauta é que esta crítica da formação do Estado tem que ser alimentada com observações de movimentos concretos de concentração de poder, que em alguns casos convergem e em outros casos divergem dos projetos nacionais de estruturação de um Estado capitalista moderno. Os projetos nacionais de Estado diferem uns dos outros, havendo alguns mais consistentemente nacionais que outros, alguns em que o predomínio de uma região sobre as demais é mais flagrante; e outros ainda, em que as instâncias de afirmação e contestação desse poder centralizado decorrem de processos que, finalmente, geram regiões também mais modernas, mais identificáveis como alternas da centralização de poder no Estado nacional. Assim, na análise do Estado não se pode furtar à discussão de seus opostos, que são a região e não concentração de poder. Tacitamente, a progressão desta concentração de poder no Estado implica em suplantar propostas de organização política centradas na sustentação do federalismo.

Esta percepção das condições desta análise social não pode, portanto, ficar auto-limitada por um raciocínio analítico que o impeça de identificar e isolar os problemas da construção da engrenagem formal do Estado e assim, de observar os efeitos concretos da presença do Estado e assim, de observar os efeitos concretos da presença do Estado nacional ao longo dos deslocamentos na relação entre capital e trabalho. A especificidade histórica do Estado nacional não impede que se percebam aspectos comuns entre diferentes Estados nacionais; e é fundamental perceber que, mesmo quando a semelhança decorre de formas institucionais de um país a outro, ela sempre contém modificações, adaptações, que introduzem outros tantos planos de originalidade. A própria observação das manifestações desta institucionalidade do poder refere-se a um movimento geral das sociedades, que não se esgota nunca na descrição do Estado formalizado, senão que atinge a totalidade das relações que formalizam poder em suas mais variadas descrições nos diferentes contextos de classe. Mais concretamente, o Estado se forma de modo concomitante com a empresa, os sindicatos, os partidos políticos; e com a incorporação ou a perda de poder de organizações como as igrejas e a imprensa, que interagem umas com as outras,

diretamente e com a mediação do próprio Estado. Esta concomitância entre instituições assumiu diferentes formas na Europa e nos países americanos, naturalmente dando lugar a diferentes condições para a formação de teoria. Mais ainda, como estes Estados são produto de diferentes experiências com a estruturação modernizadora do capitalismo industrial, levam a marca de processos desiguais de consolidação da burguesia e de conjugação com suas relações externas.

O desenvolvimento de uma reflexão crítica a partir do material da experiência histórica latino-americana implica numa recuperação mais abrangente e sistemática das experiências com a institucionalização do poder, em que se destacam (a) uma contraposição entre os elementos aportados pela relação com o exterior, compreendendo os aspectos de dominação e os dos movimentos no bloco hegemônico; e (b) elementos próprios da estruturação econômica e cultural de cada país. As diversas facetas do capitalismo industrial, de sua articulação com o capital bancário e o rural, e o mudo como ele gera heterogeneidade do sistema produtivo manifestam-se multiplicidade de formas institucionais, em que o Estado e a empresa são as representações que sintetizam o movimento do capital em cada sociedade, criando as condições em que se realiza o assalariamento e as condições em que são engajados e circulam os diversos tipos de trabalho independente.

São, portanto, Estado e empresa que em seu relacionamneto têm estabelecido as condições em que reage e se organiza e formaliza a institucionalidade do trabalho. Assim é como se deve registrar que as diferenças de autonomia institucional das organizações dos trabalhadores nos países latino-americanos tem coincidido com a modernização do capital e com o componente de urbanização na formação do Estado. Suas organizações têm que se concretizar no ambiente de trabalho criado pelo capital agro-mercantil (4), com variadas consequências na forma de contratação de trabalhadores, que se refletem no perfil dos sindicatos e das associações de profissionais liberais (5) e nos diferentes modos de relacionamento das organizações profissionais com o aparelho burocrático do Estado.

Na medida em que a estrutura tecnoburocrática do Estado se torna mais complexa ela também corresponde a uma maior abrangência do sistema produtivo; e o Estado representa uma vertente de diferenciação nas relações intra-classe, possibilitando instâncias de institucionalidade do trabalho que constituem certas margens de independência da composição do emprego em relação com as empresas; e que por extensão implicam em certas margens de autonomia do trabalhador em relação com o assalariamento industrial.

Essa última questão tem um desdobramento adicional na própria limitação do assalariamento em relação com a forma de organização da produção, que está refletida na importância e na persistência da economia invisível. Nas economias periféricas, principalmente com a pressão da inflação, das políticas de estabilização e da modernização da agricultura, há uma restrição estrutural à criação de novos empregos (6) e inclusive um crudescimento da economia invisível, de grande expressão na periferia das grandes cidades, que faz com que a estruturação do trabalho diretamente exercida pela organização capitalista da produção constitua uma parte predominante do trabalho realizado na sociedade em seu conjunto, mas não chegue em momento algum a incorporar todo este trabalho. Esta é uma questão cujo significado teórico ainda terá que ser examinado com maior detalhe, já que implica, por exemplo, em levantar dúvidas sobre algumas características essenciais do movimento do capitalismo como sistema e no modo como ele se estrutura e transforma nas sociedades periféricas.

As margens de autonomia na institucionalização do poder social dos trabalhadores - a contraparte concreta de sua consciência social - tem se gestado em concomitância com a construção e a condução do poder concentrado no Estado nacional, mais propenso a divergir das restrições locais de organização institucional do poder político. Assim, a modernização do Estado oferece novas oportunidades de relacionamento entre segmentos do poder oficial onde são realçadas as diferenças entre os diversos interesses locais, fato que no Brasil se registra nas diferenças entre os governos estaduais, com segmentos do Estado nacional interferindo nas relações locais entre capítal e trabalho, inclusive em forma dissonante com a estruturação

regional da sociedade. Dai, portanto, emerge uma linha de tensão na relação capital/trabalho, já que as margens de diferenciação apropriadas pelo Estado terminam por reverter contra seu próprio poder, enquanto para este Estado moderno periférico constitui verdadeiro 'dogma sua capacidade para regular a expansão de quaisquer outros modos de poder que o limitem (7).

A identificação desta contradição é fundamental porque em torno dela se desenvolvem, por exemplo, as relações do Estado com a igreja ou com quaisquer outras instituições internacionais. E é uma condição que tem sido facilitada pela própria heterogeneidade de composição do trabalho, conseqüente por sua vez, da diversidade de condições de remuneração dos trabalhadores assalariados, dos produtores independentes e de pessoas que permanecem com emprego eventual. A identificação de uma posição autenticamente autônoma dos trabalhadores somente aparece por contraste com esta expansão do capitalismo, com estas condições específicas de captação do trabalho, de organização dos modos de remuneração dos trabalhadores e de seletividade da mão de obra em busca de emprego. O aprofundamento no processo de capitalização reflete-se numa mudança na composição da remuneração paga à força de trabalho, modificando-se a valorização atribuída a cada um dos diversos tipos de especialização dos trabalhadores. Por exemplo, emergência de novas profissões no campo da prestação de serviços, o desaparecimento ou a reorganização de profissões tradicionais. Deste modo modificam-se os canais de organização dos trabalhadores, sua possibilidade concreta de perceber seus interesses em termos de renda e de suas condições de vida em seu meio, urbano ou rural, e portanto sua capacidade para se organizar em defesa de seus interesses.

Assim, tem havido um complexo dinamismo no reajuste de posições dos agentes sociais, que não permite a simplificação de raciocínio, de supor que o Estado nos países latino-americanos é um Estado em formação - como supostamente seria em sociedade onde o capitalismo é embrionário - já que a organização do Estado nacional pré-industrial (na prática formado no período de 1850 a 1914) correspondeu a um modelo de institucionalidade que seria superado, em

em seu conjunto, com o aparecimento de necessidades de organização social correspondentes a outro modelo institucional. Sucessivamente o Estado da sociedade rural autosuficiente sustentou-se a ampliação do comércio mundial; e o Estado da sociedade comercial sustentou-se até a expansão do capital industrial. Mas as modificações que se introduziram na estrutura do Estado - inauguradas pelo Estado imperial espanhol do século XVI (8) - foram no sentido de capacidade administrativa para despersonalizar suas funções mediadoras, favorecendo um perfil de relações inter-classe arbitradas por uma ideologia da causa pública desidentificada dos interesses explícitos de qualquer classe em particular (Está claro que este Estado aparentemente ahistórico é um projeto de permanência de uma determinada composição de poder onde se propõe uma legitimização sustentada numa racionalidade pura, do gênero paretiano. Mas é curioso como esta racionalidade realiza suas demonstrações desde o campo da economia utilizando pressupostos eminentemente históricos, como o de um comportamento de consumidor urbano ' perfeitamente informado e de uma empresa que opera sempre em condições de concorrência, sem uso de recursos não econômicos de poder). Na concepção positiva do poder institucionalizado a legitimidade do poder deriva desta identificação com uma causa genérica que distingue o interesse do indivíduo do interesse de classe. É uma concepção que não entra no mérito dos limites da identificação da individualidade e que toma o próprio indivíduo como um fato social isolado do da progressão da sociedade (9). É uma concepção de um Estado objetivizado, externo a tensões de transformação da sociedade, que por esta razão explica apenas os aspectos formais atuais da instituição. Mas como conceber a forma da instituição sem considerar seu conteúdo, seu poder de representação?

Há aí um problema conceitual essencial, porque se trabalha com uma realidade invariante do Estado, que não registra as tensões que ela contém. Entretanto esta concepção não pode ignorar o contexto de heterogeneidade que cada Estado nacional representa atualmente. A capacidade do Estado para reproduzir-se em sua posição atual está limitada por sua operacionalidade em seu meio social. Os interesses emergentes do capital, como temos visto nos países periféricos embarcados em políticas de estabilização, implicam em determinadas linhas de atuação do Estado que são nitidamente represoras do consumo de populações de rendas médias e baixas, portanto '

atingindo sua legitimidade. Com isto delinea-se uma contradição à pretensão de monopólio estatal do poder e portanto, de capacidade para representar cabalmente o interesse do próprio capital em expansão.

Estas contradições fazem com que a crítica da institucionalidade entre no mérito dos tipos específicos de heterogeneidade que se introduzem nas sociedades periféricas atuais. Os fenômenos de urbanização com crescente diferenciação entre a concentração urbana de capital e a expansão da urbanização periférica, de industrialização do campo e de crescente mobilidade territorial da população levam a novas pautas de comportamento das populações dos países que atinge a relação entre a organização dos sistemas produtivos e a organização social da produção. Aparecem novos níveis e nova composição de reivindicação das populações. Surgem novas demandas em relação com as práticas do Estado que têm, necessariamente, que ser consideradas como parte da sustentação política do Estado.

3.

O reconhecimento social do poder

A modernização levanta algumas questões relativas a como as sociedades reajem aos impulsos modernizantes e como a modernização cria seus próprios canais de penetração ou cria resistências. A modernização das economias latino-americanas modifica as condições em que se realiza a estruturação cultural destas sociedades, pelo modo como interfere nos movimentos de inclusão, de exclusão e de modificação nas formas específicas como os grupos e as pessoas são engajadas na produção e pelo modo como o engajamento de cada grupo condiciona o de outros. A modernização também acentua diferenças no modo como são percebidos os fenômenos do poder institucionalizado e os modos como ele é processado na retro-alimentação do aparelho de Estado. Há, portanto, uma questão essencial a esclarecer, relativa ao reconhecimento social do poder, como reflexo das condições concretas de organização de classe e de sua interdependência com a constituição e o desempenho do Estado. O comportamento concreto das classes e dos segmentos de classe

em relação com o poder reflete-se no modo como a repartição de poder é aceita, como se processa sua institucionalização e como é imergida na estrutura formal do Estado.

Pelas práticas em que se materializa a modernização aparece como uma manifestação de expansão do capital que valoriza o processo de tecnificação da economia e que, mediante a as simetria desta incorporação de técnicas, conduz modificações na compo sição do capital e nos requisitos de trabalho. Nos últimos decênios nos países latino-americanos a modernização tem acelerado estas mudanças no perfil da absorção da força de trabalho, atingindo a estrutura do emprego e da remuneração e modificando as condições de diferenciação entre a força de trabalho incorporada aos segmentos de crescimento mais rápido da economia e a que fica marginalizada desta tecnificação.

Os reflexos destes movimentos na formação de poder passam a ser essenciais no processo social. O movimento de modernização-urbanização-industrialização tem estabelecido, gradualmente, símbolos de poder político, que se superpõe aos do capitalismo comercial, que os modificam, mas que não os eliminam. Estes símbolos identificam-se com novas combinações de poder político formal e de po der informal, nas estruturas institucionais já estabilizadas e naquelas em formação. Assim, as formas de propriedade fundiária - terrenos urbanos, fazendas etc tomam novo significado, mais diretamente ligado a sua conversibilidade financeira, portanto ao modo como podem ser in coporados à reprodução do capital, perdendo seu tradicional significado de reserva de poder mais que de reserva de valor.

Nesse contexto, marcado pelas exigências que a sobrevivência dos capitalistas impõe à acumulação de capital, as formas como o poder se manifesta são associadas mais com o enriqueci mento rápido que com o status de riqueza, já a sociedade afluyente valoriza mais a capacidade para manter-se à cabeça do processo de for mação de capital que a permanência num estrato superior da distribuição da renda. Os grupos sociais que enriquecem são socialmente mais va lorizados; e esta valorização é simétrica com movimentos na relação en tre o poder formal (o poder atribuído às estruturas formais de poder

político e administrativo) e o poder real (que corresponde à capacidade efetiva para influir na organização da sociedade), em que as modificações do poder formal são conduzidas por movimentos anteriores no poder real. Estes últimos movimentos refletem-se na relação entre as estruturas político-administrativas do Estado e as estruturas político-gerenciais das empresas, levantando questões éticas sobre os custos sociais a serem pagos pela eficiência na administração pública, bem como arguindo sobre o significado social da expansão das empresas. Diversificam-se os modos como o poder se torna visível, nos pontos onde ocorre o confronto entre a organização industrial e a organização pré-industrial do sistema produtivo.

Esse confronto tem se acentuado com a expansão do componente de alta tecnologia no sistema produtivo e com a maior penetração do crédito na produção. De uma e de outra forma, o aumento do controle financeiro da produção e do consumo avança em paralelo com a concentração no controle do crédito e modifica as formas como o governo exerce um controle real sobre a economia. A observação desse confronto é um ponto de partida necessário para acompanhar o processo de reconhecimento do poder pelos diversos grupos envolvidos nesse processo. A transformação econômica exige respostas rápidas da sociedade, para viabilizar a expansão do capital. E esta se dá em segmentos ligados à industrialização associada com a integração em curso do capital financeiro. Os mecanismos sociais de concentração de poder que operam no interior desta expansão do capital, tais como o controle dos canais de comercialização agrícola e o controle da publicidade e das diversões (que terminam por criar espaços específicos de mercado) terminam por ser, também, os mecanismos mais efetivos de controle da criação de empregos melhor remunerados. O poder econômico encontra suas formas específicas de expressão, que qualificam as instituições, modificando seu modus operandi, tal como acontece com a educação, onde as universidades são o segmento mais sensível às variações do mercado de trabalho; e onde proliferam novas instituições voltadas para o treinamento rápido, marcado pela busca imediata do mercado e que finalmente constituem em focos de pedagogia alternativa à das universidades.

Mas o eixo dos deslocamentos na concentração de poder está nos movimentos no sistema de financiamento. As instituições estatais e os bancos privados operam em linhas de crédito novas, com modalidades de crédito preferencial, que estabelecem canais privilegiados de atividade dos bancos, que regulam o desempenho econômico (formal) do crédito e indiretamente, que afetam o perfil da expansão das empresas. A centralização de decisões no aparelho financeiro reflete-se logo numa concentração do fluxo financeiro em poder do Estado. E os movimentos de expansão de crédito contêm subjacentes mecanismos de transferência de capital. As margens de autonomia de decisão econômica das empresas refletem-se mais claramente em sua capacidade de controlar seu endividamento e de usá-lo como mecanismo de financiamento e portanto de capitalização. Finalmente, tornam-se mais claras as diferenças entre empresas grandes, médias e pequenas, em cada linha de produção, na medida em que as primeiras estão geralmente integradas com os circuitos de financiamento, as segundas tem um acesso razoável a crédito e as terceiras são individualmente marginais à expansão do financiamento. A identificação da grande empresa com o sistema financeiro agrega um elemento fundamental da nova interpenetração Estado-empresa, característica das transformações estruturais da empresa e da composição dos produtos com que ela opera.(10)

Assim, o apoio financeiro do Estado à empresa passa a concretizar-se numa nova realidade de ramificação internacional da empresa, em que seus programas de produção trabalham com "produtos mundiais"(11) e combinações mundiais de produtos; e em que os movimentos internacionais de capital financeiro respondem mais a objetivos de investimento de empresas multinacionais em função de captação de mercado, valorização de ativos e controle de linhas de produção à escala de cada multinacional em seu conjunto que em função da rentabilidade de qualquer de seus componentes. Internamente este mecanismo corresponde à busca de negócios internacionais por parte dos grupos nacionais de maior porte, que devem mostrar competência justamente em sua capacidade para garantir a valorização dos seus ativos adaptando-se às mudanças de composição de seus produtos e consequentemente, em suas técnicas operacionais.(12)

Deste modo a expansão do capital na intermediação financeira estabelece um perfil básico de expansão na inter-

mediação financeira estabelece um perfil básico de expansão na intermediação comercial. A observação dos países latino-americanos nos últimos decênios mostra, com poucas exceções, que a ampliação da base infraestrutural, representativa da participação direta do Estado na produção, tem sido o principal motor de expansão de suas economias, com um ritmo de investimento que supera sempre os investimentos na capacidade de produção direta de bens. Esta constante ampliação da infra-estrutura situa o Estado como principal demandante de bens e serviços, dando-lhe a capacidade para promover os desestimular diferentes setores da produção e para atuar como regulador do emprego. Na qualidade de detentor de monopólios como os das comunicações e dos transportes, da energia elétrica, passa também a controlar variáveis essenciais à expansão da produção de bens e a determinar vantagens técnicas ao nível de determinados ramos de atividade, que são rotulados, por uma ou outra razão, como estratégicos. (13)

As modificações no perfil da presença do Estado na economia são mais visíveis em sua participação na produção de bens - geralmente objetada pelas empresas em nome dos princípios de livre-empresa, apesar de ser uma atividade ligada ao funcionamento das empresas autenticamente privadas - mesmo considerando que sua expansão é maior e mais rápida na prestação de serviços organizada para atender às cidades grandes. Mas o essencial é que este perfil de Estado em expansão na economia - e não como simples interventor que entra e sai sem modificar a organização da economia - cria os mercados em que operam as empresas nacionais e para cuja ocupação elas se planejam e ampliam. Na prática a expansão do Estado tem estado conjugada com a da empresa, em conjuntos interdependentes, como na expansão das empresas empreiteiras no transporte rodoviário e das empresas produtoras de veículos. E a funcionalidade do aparelho administrativo e técnico do Estado muda de feição, acompanhando os perfis de participação do Estado na Economia. Na prática a expansão do Estado atinge a expansão e o aumento de complexidade da empresa e a formalização e a diferenciação entre as organizações de trabalhadores.

Esses movimentos da empresa e do Estado confrontam-se com movimentos de diferenciação entre os níveis de capitalização nos segmentos de economia mais capitalizados e ligados ao comércio exterior, comparados com os segmentos de economia tradicional, geralmente mais voltados para o mercado interno, dada a maior proporção de produção realizada para consumo local. Por extensão, esta diferenciação também se faz notar em termos de aprofundamentos no processo de sindicalização no plano da produção formalmente organizada e no das associações de bairro no da produção informal. A presença efetiva do trabalhador, como representante real do interesse do trabalho no processo econômico, passa por modificações essenciais, representativas do salto qualitativo em que consiste o ajuste dos interesses concretos do trabalho em sua relação com as mudanças de forma do capital.

Nesse contexto devem ser examinadas as formas como se apresenta o poder das empresas. Este poder aumenta na mesma medida em que elas penetram nas decisões dos consumidores - através da publicidade e do controle das opções de produtos - e do modo como utilizam o sistema burocrático do Estado como mediador de seus investimentos. A interpenetração Estado-empresa, explorada por Habermas no sentido de uma representação de interesse, (14) aparece aqui como parte de um conjunto de exigências decorrentes de necessidades orgânicas do capital para garantia de sua reprodução: exigências tanto técnicas como econômicas. As mudanças de escala identificadas nestes trinta últimos anos mostram que este trecho do crescimento das empresas implica em determinada reorganização de sua base organizacional que distingue esta etapa de qualquer outra anterior e que torna especialmente importantes as mudanças agora em curso. A empresa latino-americana, principalmente as empresas mais prósperas dos países de maior porte, tem sido compelidas a praticar formas de associação com outras empresas maiores, geralmente ligadas ao capital externo, e com o Estado, como meio de chegar aos canais de investimento que viabilizam a reprodução de seu capital. Especialmente as empresas de alta tecnologia dificilmente podem sustentar-se sem estas associações.

Mesmo a agricultura é dividida, com uma rápida expansão de um segmento de alta tecnologia, e com crescente dependência em relação com os centros de pesquisa.

Nessas condições o Estado indica às empresas em quais atividades entrar, quando investir e como participar do mercado internacional. As novas conexões da relação Estado-empresa implicam em novos circuitos de organização concreta de poder, novos sinais externos de poder e novos modos de reconhecimento da sociedade, e na medida em que estes novos circuitos implicam em âmbitos mais amplos de participação dos indivíduos - direta ou indiretamente representados - no sistema de poder ela simultaneamente exprime uma mudança qualitativa nas condições de funcionamento da sociedade periférica, dado seu caráter original de sociedade essencialmente desigual (15). Temos aqui um aspecto essencial desta discussão, já que se encontra uma inegável justaposição entre o contexto de sociedade civil e de Estado no ambiente periférico, em que (a) a disputa entre âmbitos de abrangências de uma e outro fica obscurecida pelo fato de que ambos estão se construindo mutuamente e (b) que o sentido de emancipação, subjacente no conceito de sociedade civil é falacioso sem o da interpretação com o Estado que é, de qualquer modo, um ponto de referência no questionamento da dominação. (16)

A sociedade periférica que se renova com a modernização do capitalismo tem extensas áreas de relações pouco definidas, como por exemplo a correspondência entre produtores rurais e classe média urbana, mais evidenciada com a residência urbana destes grupos rurais de renda e com a proliferação de residência rural dos grupos superiores de renda urbana. A industrialização periférica tem promovido novas relações de poder através das preferências na obtenção de crédito, das reservas de mercado e dos favores tributários. Oferece novos modos de articulação do Estado com a empresa, com novos interesses transpostos pelo interesse privado no Estado, com novos interesses incorporados pelo Estado no que concerne à sustentação que ele apoia financeiramente ou por outros modos. Coincidindo com a expansão do capital depois da segunda guerra mundial nos países latino-americanos surgiram instituições destinadas a promover e sustentar

esta associação operacional do Estado com a empresa, que garantiram uma notável ampliação do poder da indústria, em escala muito maior que sua real contribuição à formação do produto nacional. Neste contexto, o descompasso entre o financiamento real recebido pela indústria em crédito, vantagens de juros e tributárias e em reservas de mercado, e sua contribuição à balança de pagamentos, constitui um mecanismo de transferência da formação de capital para este setor da sociedade, que fortalece esta associação entre o Estado modernizador e a empresa que se realiza o trânsito da economia pré-industrial para a industrial..

Estes deslocamentos na relação Estade-empresa tem estado na base do processo em curso de formação de poder nas sociedades latino-americanas, que as distancia, cada vez mais , da organização característica do promeiro quarto deste século. A fome de dinheiro para construir o capital infraestrutural necessário à expansão da base industrial converteu-se, rapidamente, em fome de divisas e por aí em estrangulamento externo e em fortalecimento da hegemonia do capital financeiro. Daí decorrem também novos laços de dependência entre a formação do capital e o crescimento da renda dos diversos grupos sociais, que atinge relações intra-classes, como as diferenciações de posições entre grupos de assalariados, sejam eles os componentes do mercado informal de trabalho, sejam produtores independentes ou sub-empregados crônicos com inserção eventual no mercado formal e no informal de trabalho. Destacam-se as diferenças entre as condições de organização sindical da força de trabalho inte-grada ao mercado formal e as condições daquela força de trabalho que flutua no mercado informal e que, por isto mesmo, depende de um modo de vida baseado em rendas irregulares. A primeira representa uma fração de poder derivada de condições específicas de emprego, com o respaldo de uma legislação e um programa de reivindicações; e a segunda decorre de condições de sobrevivência, compreendendo o tratamento dos problemas de moradia, trabalho e alimentação. Em consequência disto delineiam-se diferenças nos espaços de poder da força de trabalho, parcialmente indicadas pelas condições de disponibilidade de renda real e meprego efetivo dos núcleos familiares. A metropolização marca estas diferenciações, sendo as grandes cidades ou lugares específicos onde se concentra a heterogeneidade da força de trabalho. Daí, portanto, surge novo modo de relacionamento entre capital

e trabalho, com o Estado funcionando como intermediário na organização da força de trabalho urbana, passando as diferenciações da força de trabalho a constituir um componente explicitamente aceito, de organização da capacidade de produção. (17)

Este processo acentuou-se em diversos países latino-americanos, em conjunto com os "programas sociais", que permitiram canalizar recursos públicos para viabilizar a concentração da urbanização em umas poucas cidades grandes, tal como ocorreu na maior parte dos países de grande porte no período de 1960 a 1980. (18) Neste período, além disto, houve uma notória mudança na qualidade da urbanização, acentuando-se a diferenciação entre as condições de vida dos diversos grupos urbanos e aumentando vertiginosamente o componente de urbanização periférica de baixa renda, renda incerta e socialmente segregada. (19) As mudanças nas condições da urbanização correspondem a mudanças no modo como se estruturam os espaços regionais e como se propaga a influência das políticas estatais entre os diversos segmentos de classe.

As análises da marginalidade urbana responderam à emergência das populações faveladas, portanto, a uma mudança na estrutura da urbanização. Sem entrar no mérito de explicações sobre a prevalência de fatores de atração urbana ou de expulsão rural, o fundamental é que a conjugação destes elementos levou a uma rápida concentração da força de trabalho, em condições em que ela encontra novos modos de aderência a oportunidades para trabalhar. Deve agora situar-se em empregos formais, no secundário e no terciário, ou incorporar-se a um mercado de trabalho precário, onde a falta de estabilidade dos empregos significa, na prática, que a responsabilidade pela ocupação dos trabalhadores é tacitamente devolvida ao Estado. E esta responsabilidade adicional do Estado converte-se num mecanismo de poder, em que o papel de Estado provedor corresponde à criação de novos meios de controle social. Isto evidentemente significa um fortalecimento do Estado como representante de um coletivo dominante, correlacionado com o perfil do bloco de poder. (20)

Em seu conjunto estes movimentos tornam-se visíveis e tomam força, à medida que atingem as relações de classe e geram modificações na estruturação burocrática do Estado.

Na prática a legitimação deste Estado responde a reivindicações específicas, originadas nos componentes de representação de interesses dos coletivos articulados na relação de classe. A dificuldade encontrada pelos mecanismos institucionais para devolver estes interesses no confronto de classes certamente atinge a legitimação do Estado em sua condição de síntese destas instâncias de confronto. A assimetria dos movimentos de modernização de modernização e da expansão do capital transmitem um ambiente de crise às sociedades periféricas, que se prolonga, sem necessariamente perpetuar-se mas certamente neutralizando as perspectivas de mudança. A suposta crise das políticas econômicas nacionais tem uma forte ligação com deslocamentos de objetivos, por sua vez identificados com as contradições de interesses suscitadas por estes choques causados pela expansão do capital. Assim, na razão direta de sua modernização os países latino-americanos entraram por uma agudização de contradições internas, que passam a ter que ser examinadas.

Nesta análise é indispensável registrar que as formações nacionais dos países latin-americanos contém diferentes consubstanciações culturais e de circunstâncias de suas economias, que se refletem nitidamente em diferenças e em eventuais contradições entre os sistemas de interesses articulados no plano central - ou federal conforme o país - e no dos estados ou províncias. Estas representações defrontam-se, concomitantemente, nos níveis central ou federal, estadual ou provincial e local, num jogo de pressões de diferentes intensidades, que se traduzem na susten-tação social do poder retido na aparelho de Estado. É importante notar que a configuração política partidária nos países latino-americanos tem mostrado sensíveis variações em relação com esta susten-tação, verificando-se diversos casos de perda de significação dos partidos políticos, defasando de seus programas em relação com as necessidades sociais e sua crescente dependência em relação com outras formas de representação institucional, do capital, do traba-lho, de instituições colaterais com as organizações religiosas.

Por diversos meios a sociedade tem transmitido esta fluidez de representação institucional do poder, com a perda de vigência dos partidos. Paralelamente, a proliferação de movimentos sociais sem formalização política modifica o panorama onde ocorrem as manifestações partidárias, substituindo a relação original entre o partido e os indivíduos por uma relação entre o partido e representações outras de interesse coletivo.

4. Renovação e desdobramentos do Estado

O Estado não é, certamente, uma entidade imune a essas mudanças. Pelo contrário, esta análise do Estado nas sociedades periféricas requer algumas qualificações, relativas ao relacionamento entre Estado e sociedade civil. Não se pode realisticamente supor que o Estado se assenta sobre relações entre iguais, senão que é necessário reconhecer que o eixo relações entre iguais e relações entre desiguais está condicionado pelo fato de uma desigualdade básica que se desloca acompanhando o perfil da expansão do capital. A percepção deste eixo e de seu nexos com o confronto entre a docotomização entre interesse privado e interesse público e a interpretação do interesse público pelo privado descreve outra particularidade de mundo periférico, onde a formação do Estado é continuamente atingida pela estruturação do interesse privado.

Este sentido de mobilidade na formação do Estado, finalmente, indica a heterogeneidade dos blocos hegemônicos de poder nestas sociedades periféricas. O Estado incorpora gradualmente determinações civil e, continuamente, abrange âmbitos mais restritos de estruturação de poder, com os quais convive ou que identifica como contrários à hegemonia que representa, e que eventualmente destrói. (21). Mesmo mantendo sua identidade de instituição representativa da hegemonia do capital, realiza novos ajustes em relação com o influxo de pressões na organização econômica e com sua retransmissão nos diferentes agrupamentos de instituições.

A capacidade das instituições para influir na balanço de poder identifica-se com sua permanência e mais que tudo, com sua convergência com as tendências reveladas nesse balanço de poder. Vemos, por exemplo, que a agricultura conta com

um conjunto de instituições, na órbita pública e na privada, de grande estabilidade e de grande representatividade. Mas também vemos como esta estrutura institucional envelhece em relação com a emergência de novas formas de problemas fundiários e causados pela própria modernização. O distanciamento entre as políticas agrícolas e a sustentação institucional deste setor mostram, entretanto, que esta formação institucional produz resultados que não necessariamente acompanham as mudanças na forma de participação da agricultura no processo de formação de capital. Algo parecido acontece na indústria, com uma dicotomização entre as políticas que atingem à indústria em seu conjunto e as que se concentram em segmentos deste setor ou em aspectos de seu funcionamento. A tradicional organização setorial da política industrial confronta com uma série de iniciativas de política atraídas por oportunidades circunstancialmente identificadas pelas empresas, ou simplesmente atrelando-se àquelas poucas linhas de produção em que se vislumbram perspectivas de expansão por períodos mais prolongados.

Estes deslocamentos institucionais correspondem a deslocamentos reais de poder, que são gradualmente reconhecidos, tornando-se parte do referencial de disputa de posições pelos diversos segmentos do capital e do trabalho. As consequentes substituições nos termos da disputa por posições não exprime o modo como o conteúdo essencial de poder é socialmente reconhecido e assim, como se percebe a concentração de poder representada pelo Estado. A partir daí se revisa a própria concepção de Estado, de seu enraizamento na organização de classe e da interrelação entre seu fundamento e o modo como se estrutura o aparelho de Estado sobre o quadro transaccional da sociedade.

Nos países latino-americanos o Estado nacional tem sido uma síntese institucional entre a reprodução da hegemonia e a organização de um sistema hegemônico interno. Seu aparecimento quase sempre suplanta outros projetos de Estado na formação social de cada país, que uma vez superados ou inclusive pela estruturação do Estado passam a constituir parte de seu conteúdo histórico. Este movimento obviamente tem uma clara vinculação com os efeitos acumulados da experiência colonial e mesmo com a ruptura de colônia, na

reprodução de desigualdades instaladas naquele período a mantidas ao longo da expansão mais recente do capital.

Naqueles países latino-americanos em que a formação da economia tem sido mais fortemente atingida pela intensificação do processo de urbanização e industrialização, esta síntese institucional sustenta-se sobre um conjunto de composições de força estruturada sobre uma trajetória de composições hegemônicas. O Estado industrial articula-se com as instituições do capital rural; e o capital financeiro garante a permanência da organização financeira do latifúndio. De diferentes formas este Estado é uma concentração de poder que varia em intensidade, movendo-se entre composições que refletem as aspirações das maiorias efetivamente incorporadas ao sistema do capital. A eclosão da classe média, incluída no conjunto modernização-industrialização, lança nova luz sobre o significado social desta concentração de poder do Estado, tornando visíveis alguns processos até agora ocultos por sua suposta continuidade formal.

A continuidade e a estabilidade do Estado passam a ser vistas como produtos desta identificação entre as propriedades operativas da estrutura tecno-burocrática do Estado e as reivindicações de distribuição do poder político entre os grupos participantes da distribuição da renda

A questão da distribuição da renda toma uma posição central nesta discussão porque, como já tem sido ressaltado por diverso autores, (22) ele reflete aspectos essenciais do panorama atual de heterogeneidade das sociedades periféricas e de sua formação de classes. O destaque que tem sido feito nos grupos médios de renda, e o que precisa ser feito em conexão com ele na heterogeneidade dos grupos de baixa renda, corresponde a esta particularidade da sociedade periférica atual, que deve ser analisada como um fenômeno diferente, por exemplo, da periferia de há trinta anos. Por esta razão o Estado também tem sido o ponto de ruptura das forças sociais convergentes, que nele encontram uma mediação insubstituível na conversão do poder econômico em poder político.

Assim como no interior da estrutura da burocrática do Estado precipitam-se os confrontos entre os componentes do capital e do trabalho, aí também se originam contradições entre o perfil de linhas básicas de atuação do Estado no plano político-econômico, e iniciativas econômicas e técnicas originadas em seus órgãos técnicos. Naqueles países latino-americanos onde o processo urbano-industrial teve ímpeto suficiente para comandar a formação de capital na economia rural o Estado teve que absorver os resultados de profundas transformações concentradas ' em períodos aproximadamente de vinte anos - a Argentina e o México entre 1930 e 1950 e o Brasil entre 1950 e 1970 - que coincidiram com diferentes aspectos da modernização. Na prática o aparelho burocrático do Estado foi levado a adaptar-se às imposições ' da internacionalização do capital, aos requisitos de sucessivas conversões de capital rural em industrial, em capital urbano, finalmente em reorganização do capital rural transformado em extensão dos interesses uebanos do capital financeiro.

A conseqüente substituição das oligarquias rurais por interesses urbanos realiza-se como parte do próprio amadurecimento do capital comercial, com a participação destas oligarquias rurais na constituição do capital industrial, através das mesmas correntes financeiras que realizam os novos ' negócios agrícolas ("agribusiness"). A modernização ocorrida durante a década de 70 foi essencial neste processo, que levou ao aparecimento de corporações financeiras ligadas à indústria mais dinâmica, que realizaram investimentos substanciais no agro.

Essas observações ressaltam o papel desempenhado pelas substituições no bloco de poder, em torno das lideranças do capital comercial e do financeiro, que modificam as condições de emprego dos grupos de rendas médias, que por este ' meio modificam também as condições de sobrevivência dos grupos de baixa renda e de rendas irregulares. O Estado ficou com a responsabilidade - jamais aceita formalmente - de manter o nível do emprego, ou seja, de absorver aqueles segmentos que alternativamente obstruiriam a reprodução do capital dos setores mais dinâmicos.

Com isto o Estado torna-se também o centro de uma linha de tensão entre a eficiência no uso do capital e a manutenção do nível de emprego. Isto obviamente tem diversas consequências no perfil da composição da condução da economia com a estruturação. Variam as condições em que o Estado reflete um pacto com os grupos médios de renda e com os trabalhadores em geral. Torna-se mais mais evidente o significado daquelas formas concretas de organização que permitem defender os interesses dos diversos grupos de trabalhadores. Identifica-se aí uma contradição que acompanha justamente as restrições dentro das quais se move a reprodução do capital. O Estado sofre os efeitos de uma exigência crescente do capital para garantir sua reprodução - agora no plano desta disputa financeira, que exige uma retratação do Estado da produção direta de bens - e de uma crise de legitimidade resultante de seu distanciamento em relação com os grupos médios de renda e com os trabalhadores mais organizados. À medida que esta contradição se aprofunda acentua-se também os limites internos do poder estatal, cada vez mais questionado por aquelas estruturas subordinadas, que entretanto se tornam mais representativas dos interesses dos grupos afetados pelos deslocamentos da distribuição de renda

A questão dos limites do poder do Estado torna-se cada vez mais importante. As experiências com governos autoritários desde a década de 60 mostraram que o reordenamento que um controle progressivo, e mesmo a alimentação, destas fontes alternativas de poder tornou-se necessário para viabilizar as políticas econômicas de contenção do crescimento e de acumulação mais concentrada do capital. No entanto esta pressão sobre os limites internos do poder tem, por sua vez, um limite, situado na linha de tensão entre a manutenção do poder real e sua correspondência na estrutura formal de poder. Esta será uma questão que deverá constituir um tema inevitável durante os próximos anos.

NOTAS

1. Os limites formais atuais do poder do Estado são inseparáveis daquelas bases sobre as quais se formalizou a estrutura do poder. Tratamos aqui de uma noção de limite de poder no sentido hegeliano, de consistência histórica do Estado, por contraposição a uma racionalidade pura, que corresponderia a um estado atual conceitualmente desprendido da conceituação de sua formação.
2. A percepção do Estado como lugar de mudança está ligada à interpretação de que a formação de classes compreende modificações nas formas concretas como elas estão relacionadas. Este processo do Estado manifesta-se numa passagem de elementos do interesse privado para a esfera pública, que se realiza de acordo com as condições concretas da formação de cada sociedade. Jurgen Habermas ("Mudança estrutural da esfera pública" Tempo Brasileiro, Rio, 1984) analisou esta questão mostrando como a expansão dos interesses da sociedade civil burguesa cria uma contradição entre a necessidade de um Estado negativamente interventor com uma mudança da função política da esfera pública.
3. Há uma questão específica a considerar, de que esta etapa da expansão do capital e estas formas de modernização implicam em determinadas condições de assalariamento e em determinados movimentos de diferenciação. O modo como incidem agora os movimentos de inclusão e de exclusão de grupos no sistema produtivo imprime certas características à composição de classes que não pode ser analisada pelo esquema de reduzir sua complexidade comparando-as com movimentos parecidos antes ocorridos em outras economias. Esta peculiaridade deve ser adicionalmente compreendida como parte de um movimento que amplia e diversifica a periferia social das economias periféricas, com um maior número e com maior variedade de formas de marginalidade.
4. Pelo modo como incorpora técnicas, como realiza sua política de financiamento, como diversifica sua pauta de produtos, como assalaria, o capital agro-mercantil tem um comportamento peculiar, que tem levado a incursões na produção industrial, mas que essencialmente implica num estilo de operação com uma baixa proporção de capital fixo e com rápida rotação do capital. Em sua reprodução o capital agro-comercial cria um ambiente de relacionamento entre capital e trabalho, que certamente não pode ser confundido com o estereótipo das relações entre capital e trabalho na indústria.

5. Em países como o Brasil e o México é notória a importância das associações de profissionais liberais, como os clubes de engenharia, representativos de interesses empresariais, por isto mesmo em condigos de ter com o Estado um diálogo diferenciado do dos sindicatos, mesmo daqueles sindicatos representativos de grupos de profissionais liberais, como agrônomos, economistas e outros.
6. Não há como negar que quando as políticas de estabilização tornam-se crônicas exclue-se tacitamente o objetivo de crescimento e melhoria na distribuição. Consequentemente, a criação de novos empregos deixa de ser reconhecida como um objetivo legítimo, primeiro das políticas setoriais e depois das políticas globais. A análise do emprego passa a ser, portanto, subordinada daquelas margens de tolerância oferecidas pelo equilíbrio financeiro do governo. Torna-se portanto necessário reabrir discussão sobre os verdadeiros objetivos das políticas de emprego.
8. Convém destacar principalmente as inovações "técnicas" no sistema de administração pública. Pode-se ver por exemplo os comentários de Clarence Harig sobre a função da escola na organização das sociedades americanas (Clarence H. Haring, "El império hispánico en América" Solar/Hachette, Buenos Aires, 1966). Convém ver também o sentido de unidade das administrações coloniais, descrito por Salvador de Madariaga. (Salvador de Madariaga, "El auge del imperio español en América" em "El ciclo hispánico", Ed. Sudamericana, Buenos Aires, 1958).
9. O desenvolvimento de análise social - como a teoria econômica positivista - que se apoia numa análise comportamental do indivíduo tomado em sua unidimensionalidade de consumidor e de produtor, pressupõe muito sobre a relação entre o indivíduo e as coletividades. Passa por alto as mudanças de posição do indivíduo, uma falha tanto grave quanto nas sociedades periféricas a simples referência como consumidor já é uma indicação de privilégio. A reitegração do indivíduo na progressão concreta da formação da sociedade implica numa análise crítica desta razão que isola o indivíduo. Neste particular é oportuna a análise de Horkheimer sobre o declínio do indivíduo como referencial da análise social (Max Horkheimer), "Éclipse de la raison" Payot, Paris, 1974).

10. O eixo empresa-produto foi um pouco deixado de lado à medida que se centraram as atenções na estratégia financeira das empresas. Mas é um ângulo a ser revisto toda vez que a própria formulação de uma estratégia de empresa implica na identificação de um elenco de produtos que instrumentalize as operações de produção. Neste caso a análise econômica tem que partir de determinados elencos de produtos e acompanhar as substituições nesse elenco ao longo da formação do capital.
11. O aparecimento dos produtos mundiais + aqueles produtos realizados por um conjunto de fábricas localizadas em diferentes países e aparentemente independente umas das outras - indica uma escala de operações que deixa de depender de projetos individuais de investimento e passa a operar com as posições de cada projeto no conjunto em que ele se encontra, utilizando estas posições como vantagens para a formação de novas participações em mercado.
12. Por técnicos operacionais entendem-se aqui todos os procedimentos sistemáticos incorporados pelas empresas, em linha de produção e em administração, subentendendo-se que os elencos de técnicas operacionais são interdependentes do elenco de produtos.
13. Por atividades estratégicas entendem-se aqui aquelas que são essenciais para a realização de outras atividades e portanto, atividades cujos resultados indiretos são maiores que os diretos. Logicamente o significado estratégico das atividades econômicas varia ao longo do tempo, de acordo como mudam a composição do produto e o encadeamento da formação de capital.
14. Jurgen Habermas op. cit.
15. Uma referência oportuna para esta análise é o comentário de Bobbio (Norberto Bobbio "Estado, governo, sociedade" Paz e Terra, Rio, 1987) sobre o confronto das concepções de sociedade de iguais com o de sociedade de desiguais, introduzida na base da dicotomização (aparente) de interesse privado e interesse público. Como a sociedade periférica latino-americana é essencialmente uma sociedade de desiguais esta dicotomização encobre, ela também um interesse privado.
16. A condição de periferia implica em dominação tanto quanto se trata de uma condição inseparável de um contexto de relações externas. Trata-se agora de uma revisão da base conceitual de dominação, em que se enfatizam as relações intrá empresa e a justaposição de relações intraempresa no plano internacional com relações empresa-Estado no plano interno.

17. O reconhecimento de uma diferença fundamental entre emprego formal e informal e entre emprego estável e emprego precário significou uma mudança essencial nos rumos da análise econômica de interesse social. O conceito de sistema produtivo tem que incluir a percepção destas diferenças que revelam como os trabalhadores são realmente incorporados na produção. Por contraposição isto implica também num perfil de atuação do Estado que, mesmo quando nega formalmente a preocupação com o emprego, não pode desduidar o significado do emprego como legitimador da estrutura de poder.
18. Alude-se aqui ao fato de que a concentração urbana desse período incluiu crescente componente de urbanização periférica e de sub-urbanização.
19. O aspecto de segregação é uma face essencial do problema. Permite ver a relação entre a discriminação de renda e a apropriação de espaço urbano e de acesso à socialização dos serviços públicos.
20. A análise atual nos países latin-americanos tem que incluir uma percepção de dinamismo do bloco de poder, que permita reproduzir na análise as transformações em curso na realidade social da produção de poder. Destacam-se aqui aqueles aspectos da formação do bloco de poder que estão mais diretamente correlacionados com as modificações na composição do capital.
21. O Estado periférico tem mostrado grande agressividade em relação com quaisquer outras estruturas de poder que possam contrapor-se a sua expansão interna. A relação do Estado com as minorias étnicas tem tido um componente de confronto cultural, emergente no e manejado em outros países como o México e a Bolívia, transformado em confronto no Peru. A explicação deste confronto e de suas mudanças é outro aspecto deste questionamento à espera de uma análise sistemática.
22. A distribuição da renda, no sentido que lhe foi dado por Ricardo, volta ao centro da discussão, como referência que se confronta com a possibilidade de formarem-se juízos de valor sobre políticas de crescimento ou de estabilização que descartam a primazia das condições de vida. Reivindica-se aqui este sentido original do objetivo distribuição.